



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Documentação

Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas

**Edvar Dias Magalhães
Organizador**

**3ª edição
(revisada, atualizada e ampliada)**

Brasília - 2005

CGDOC
FUNAI

Direitos desta edição reservados à FUNAI/CGDOC.
Este livro pode ser reproduzido em parte, desde que citada a fonte.

1ª ed. 2002

2ª ed. 2003

Fechamento desta edição: Novembro/2005

Pesquisa: Serviço de Informação Indígena-SEII/CGDOC

Revisão: Edvard Dias Magalhães / Karla Bento de Carvalho

Colaboradores: André Ferreira Ramos, Edgard Dias Magalhães, Júlia de Paiva, Marcus Diniz Cruzeiro,
Renata Curcio Valente e Thiago Almeida Garcia.

Capa: Thiago Neiva de Freitas (com uso de xilogravura Kadiwéu-MS)

Catálogo: Cleide Albuquerque Moreira – CRB 1100 – SEBIB/CGDOC

Projeto gráfico/editoração eletrônica: Karla Freire/DIE/CGDOC

Dados internacionais de catalogação
Biblioteca “Curt Nimuendaju”

Magalhães, Edvard Dias (Org.)

Legislação Indigenista Brasileira e normas correlatas 3. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.
700p.

ISBN 85-7546-014-5

1. Legislação Indígena 2. Política Indigenista 3. Direitos Indígenas 4. política e Planejamento I -
Título

CDU 325.45(81)

Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Diretoria de Administração – DAD
Coordenação-Geral de Documentação – CGDOC
SEPS Q. 702/902 Bloco A 1º Andar
CEP 70.390-025 – Brasília-DF – Brasil
Telefones: (61) 3313 3600 / 3313 3602 – Fax: (61) 3313 3653
índios@funai.gov.br
web site: <http://www.funai.gov.br>

Sumário

Apresentação, 4

Nota introdutória, 5

Lista de siglas e abreviaturas, 6

Capítulo 1

Garantias, Cidadania, Discriminação,
Violência e Penalização, 10

Capítulo 2

Governo Federal (Presidência da República, Ministério da Justiça,
Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego
e Ministério Público), 103

Capítulo 3

Fundiária, 169

Capítulo 4

Apoio Produtivo e às Comunidades Indígenas, 221

Capítulo 5

Saúde, 253

Capítulo 6

Pesquisa, 323

Capítulo 7

Meio Ambiente, 354

Capítulo 8

Defesa Nacional e Segurança, 476

Capítulo 9

Educação, 504

Capítulo 10

Patrimônio Imaterial e Patrimônio Cultural, 563

Capítulo 11

Assistência Social, 588

Bibliografia, 620

Apresentação

A Fundação Nacional do Índio apresenta a 3ª edição da Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas. Seu principal objetivo é consolidar, num instrumento de fácil consulta, as normas estatais indigenistas, com a finalidade última de estabelecer mais equanimidade e transparência na relação entre a sociedade brasileira e os povos indígenas.

A obra é fonte obrigatória de consulta para servidores públicos, estudiosos, juristas e, principalmente, para os índios em sua constante busca pela compreensão do mundo e efetivação de seus direitos. Conhecer a legislação indigenista e os direitos indígenas nela consagrados é passo fundamental para compreender a dinâmica da sociedade em que se vive, pressuposto para a luta dos povos indígenas por seu lugar no mundo como cultura diferenciada.

Aguardada com ansiedade, a presente coletânea foi organizada pela primeira vez em capítulos temáticos, agrupando as normas de acordo com os temas clássicos como Cidadania, Governo, Fundiário, Apoio Produtivo, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social e outros. Revela-se que a política indigenista se encontra dispersa em vários órgãos estatais e a incompletude do tratamento legal de assuntos bastante relevantes. Puramente didática, a presente organização não está imune a classificações estanques de normas multifacetárias e uma constante revisão.

Além da nova organização, a Legislação Indigenista Brasileira foi ampliada, com a inclusão de normas infralegais, e teve um trabalho rigoroso de atualização, eliminando textos expressamente revogados. O resultado é esplendoroso, um volume que traz o dobro de dispositivos normativos em comparação com a edição anterior, mas disposto de forma leve, simples e acessível.

Edições passadas demonstraram o valor da compilação de normas indigenistas num instrumento de fácil compreensão, transporte e manuseio, que deve ser acessível a todos. Orgulha-nos que o presente livro seja a bíblia dos direitos indígenas, visto na mão de cada liderança indígena, esteja presente em todas as bibliotecas escolares indígenas e, ao mesmo tempo, nos palácios e tribunais da capital do Brasil.

Mércio P. Gomes
Antropólogo e Presidente da FUNAI

Nota introdutória

Esta obra foi delimitada para disponibilizar apenas a legislação em vigência, ou seja, aquela não revogada expressamente, agrupando-a sem analisar sua pertinência em relação aos novos paradigmas do indigenismo. Toda legislação aqui disposta necessita ser interpretada em consonância com o norte indigenista dado pela Constituição Federal de 1988. Especial atenção deve ser dada a aplicabilidade de dispositivos anteriores à carta magna, uma vez que nem todos foram por ela recepcionados, ainda que não tenham sido expressamente revogados.

O conteúdo reunido foi revisto e atualizado. Os atos correlatos, que não versam integralmente sobre a questão indígena, foram fragmentados, figurando aqui apenas os recortes selecionados pelo autor.

A transcrição das normas feita neste livro objetiva facilitar o acesso à informação, contudo, não substitui os textos originais publicados nos jornais e boletins oficiais. Como os atos legais são suscetíveis de alterações a qualquer tempo, é importante ao leitor o hábito de verificar na fonte a existência de modificações em seu conteúdo. Um bom sítio para consulta é o do Palácio do Planalto, que pode ser acessado em www.planalto.gov.br.

Vários artifícios foram adotados para facilitar o trânsito do leitor pelo conteúdo, como a separação em onze capítulos temáticos e a organização de sumários (integral e parcial por capítulo). Cada norma disposta possui indicada, por meio de notas de rodapé, a informação do periódico original de publicação, bem como dos atos que resultaram em modificações de seu conteúdo.

Esta obra traz uma Bibliografia onde são destacadas as principais produções a respeito do direito indigenista brasileiro, sendo referência importante para o aprofundamento do entendimento e interpretação das normas legais ora disponibilizadas.

Lista de siglas e abreviaturas

ACS-Agente Comunitário de Saúde
Adene - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AIH - Autorização de Internação Hospitalar
Art. - Artigo
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Casai - Casa de Saúde do Índio
CC - Código Civil
CDRS - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável / MDA
Cab - Câmara de Educação Básica / MEC
Cep - Comitê de Ética em Pesquisa
Cepesc - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações
Cisi - Comissão Intersetorial de Saúde do Índio / Funasa
CGPAS - Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Saúde Indígena / Funasa
CNAS - Conselho de Assistência Social / MDS
CNCd - Conselho Nacional de Combate a Discriminação / SEDH / PR
CNE - Conselho Nacional de Educação / MEC
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / MCT
CNPI - Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CNPIR - Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial / SEPPIR / PR
CNS - Conselho Nacional de Saúde / MS
Coiab - Coordenação das Organizações das Comunidades Indígenas da Amazônia Brasileira
Comoa - Coordenação de Monitoramento de Ações e Serviços / Funasa
Conaq - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombolas
Condraf- Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável / MDA
Conep - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional / MDS
Coope - Coordenação de Operações dos Distritos Sanitários / Funasa
Copsi - Coordenação de Programas e Projetos de Saúde Indígena / Funasa

Core - Coordenação Regional / Funasa
Cosai - Coordenação de Saúde do Índio / Funasa
CP - Código Penal
CPP - Código Processual Penal
DCN - Diário do Congresso Nacional
Dec. - Decreto
Dec-Lei - Decreto Lei
DENSP - Departamento de Engenharia e Saúde Pública / Funasa
Desai - Departamento de Saúde Indígena / Funasa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral / MME
D.O.U - Diário Oficial da União
Dsai - Departamento de Saúde Indígena / Funasa
Dsei - Distritos Sanitários Especiais Indígenas / Funasa
FCP - Fundação Cultural Palmares / MINC
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social / MDS
Funai - Fundação Nacional do Índio / MJ
Funasa - Fundação Nacional de Saúde / MS
GLTB - Segmento de “Gays”, Lesbicas, Transgeneros e Bissexuais
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis /MMA
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / MDA
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / MINC
ITR - Imposto Territorial Rural
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA - Ministério da Agricultura
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MME - Ministério das Minas e Energia
MP - Ministério Público

MRE - Ministério das Relações Exteriores (Itamarati)
MS - Ministério da Saúde
nº. - Número
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / MDA
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
Paif - Programa de Atenção Integral à Família / MDS
PNAA - Programa Nacional de Acesso à Alimentação / MDS
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE - Plano Nacional de Educação
PNF - Programa Nacional de Florestas / MMA
PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNPIR - Política Nacional de Promoção de Igualdade
PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PNS - Plano Nacional de Saúde
PNX - Parque Nacional do Xingu
PPACI - Programa de Promoção da Alimentação Saudável em Comunidade Indígena /MS
PPI- ECD - Programação Pactuada Integrada de Endemias e Controle de Doenças / MS
Pronabio - Programa Nacional da Diversidade Biológica / MMA
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar / MDA
Prouni - Programa “Universidade para Todos” / MEC
Res. - Resolução
SAS - Secretaria de Assistência à Saúde / MS
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SESI - Serviço Social da Indústria
SESC - Serviço Social do Comércio
SEST - Serviço Social do Transporte
Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira / MPOG
Siape - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos /MPOG
SIH - Sistema de Informações Hospitalares
Sivam - Sistema de Vigilância da Amazonia / MD
Sipam - Sistema de Proteção da Amazonia / MD

Snuc - Sistema Nacional de Unidades e Conservação da Natureza
SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / MINC
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
SPU - Serviço de Patrimônio da União / MPOG
Sus - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TUP - Telefone de Uso Público
ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico